

**INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL DE ALGUNS
JULGADOS NO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS
E SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA,
COMO MINISTRO RELATOR**

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Ação de Alimentos – Prisão por dívida alimentar – Pressupostos – Constitui constrangimento ilegal a expedição de mandado de prisão por dívida alimentar, antes da determinação para que sejam efetuados os descontos de diferenças de reajustamentos da pensão alimentícia ao órgão pagador do servidor inativo (Provimento) (T6) (STJ)</p>	<p>RHC 51-SP</p>	<p>30/06/89</p>
<p>Ação Penal – Magistrado – Defesa – Advogado – Exercício da profissão – Mandado de Segurança – Ato judicial – Não cabimento do Writ, à míngua da interposição do recurso cabível – Acerto da decisão recorrida, deveras conformada à torrencial jurisprudência dos Tribunais; mais porque, a pretendida autodefesa técnica se impede pela vedação legal da capacidade postulatória do magistrado – Sobre permitir-se aos advogados munidos de mandato a retirada de autos do Cartório, as exceções permitidas aos estranhos à causa requerem maior formalidade, qual a do requerimento ao Relator do processo (Desprovimento) (T5) (STJ)</p>	<p>RMS 294-RS</p>	<p>27/06/90</p>
<p>Ação Rescisória – Admissão parcial – Improcedência – Literal violação de lei – Pressuposto que não se atende mediante simples remissão aos dispositivos legais da inicial da ação primitiva – Erro de fato – Improcedência, em face de a decisão rescindenda se bastar em fundamentos outros que não o da despicienda alusão a determinada situação da causa (Conhecimento parcial) (S3) (STJ)</p>	<p>AR 351-PE</p>	<p>11/12/96</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Auditoria Contábil – Credenciamento pelo BNH – Renovação – Desacreditada a idoneidade do credenciado, em face de critérios objetivos de substância e forma previstas no regulamento, é de manter-se o indeferimento da renovação do credenciamento, ressalvado aos interessados o uso das vias ordinárias contra os desabonadores fatos irrogados (Desprovisamento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AMS 105.683-RJ</p>	<p align="center">10/12/85</p>
<p>Competência – Convênio – Sistema único de saúde – Desvio de recursos – Ação penal – Em se tratando de recursos federais repassados por força de convênio e cuja aplicação se sujeita à fiscalização e controle ministerial (Lei 8.080/90, art. 33, e § 4º), o processo-crime por malversação compete à Justiça Federal (Conhecimento) (S3) (STJ)</p>	<p align="center">CC 8.345-SP</p>	<p align="center">12/06/96</p>
<p>Competência – Não lhe impede a instauração a pendência apelatória da sentença de um dos juízos em conflito, senão que a impediria o trânsito em julgado – Crime militar – Induidosa a competência castrense quanto ao delito de lesões corporais praticadas por policiais militares em serviço; conquanto seja da Justiça Comum a competência quanto ao crime de abuso de autoridade (Conhecimento) (S3) (STJ)</p>	<p align="center">CC 2.686-RS</p>	<p align="center">05/03/92</p>
<p>Concurso Público – Ordem classificatória – Nomeação – Inaceita a nomeação do primeiro classificado, disso não decorre o dever da nomeação do segundo, pelo que, pode a Administração, discricionariamente, manter vago o cargo (Desprovisamento) (T5) (STJ)</p>	<p align="center">RMS 6.766-MG</p>	<p align="center">18/06/96</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Contrato de Transporte – Seguro – Sinistro de carga – Procedência do direito à reparação do dano, nos limites, porém, da tonelagem do veículo “afretado” e segundo as peculiaríssimas condições do contrato – Denúnciação da lide – A se cuidar do direito de regresso, somente à transportadora-ré, assiste requerer a denúnciação da lide à seguradora, não lhe suprimindo a omissão a tardia postulação da Autora (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 113.757-RJ</p>	<p align="center">31/03/87</p>
<p>Contravenção – Jogo do bicho – Condenação – Flagrado na posse de farto material destinado a apostas, não há absolver-se o cambista por insuficiência de prova, pela falta de identificação do apostador e do banqueiro (Provimento) (T5) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 5.784-SP</p>	<p align="center">14/11/90</p>
<p>Crime Continuado – Pena pecuniária – Unificação – Sem embargos das doudas opiniões em contrário, na linha de princípio <i>odiosa sunt restringenda</i>, é correto compreender-se que o crime continuado escapa à vedação estabelecida pela regra do art. 72 do Código Penal (Desprovimento) (T5) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 63.742-SP</p>	<p align="center">07/08/95</p>
<p>Crime de Peculato – Servidor da ECT – Recebimento de valores, no exercício do cargo, ocorrido por erro de terceiro – Configurado o delito pela apropriação do dinheiro destinado a vales postais, cujo recebimento, porém, não cumpria ao acusado, o tipo a considerar é o do art. 313 do Código Penal, e não o do art. 312 do mesmo diploma – Desclassificação consentânea com o disposto no art. 383 do Código de Processo Penal (Provimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">ACR 4.452-SP</p>	<p align="center">26/03/80</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Delito de Imprensa – Caso Orestes Quércia – Ação penal contra Governador do Estado – Legitimidade ativa do querelante – Prévia apreciação da Assembléia Legislativa – Queixa crime – Não há negar-se legitimidade ativa do querelante para a ação, se a ofensa irrogada não se deu em função de seu mandato de deputado estadual, mas relativamente a suas atividades profissionais privadas – Admissibilidade da acusação – Guardada pela Constituição Estadual plena simetria com o correspondente dispositivo da Constituição Federal, é de cumprir-se a norma local que incumbe à Assembléia Legislativa a prévia admissão da acusação intentada contra o Governador do Estado (Por unanimidade, rejeitar a preliminar de ilegitimidade ativa da parte e, por maioria, determinar que a acusação deverá ser submetida ao Juízo prévio da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo) (CE) (STJ)</p>	<p>APN 04-SP</p>	<p>12/10/89</p>
<p>Denúncia – Falta de justa causa – Recurso em Habeas Corpus – Falta de razões – Conquanto conhecível, em matéria passível de exame até de ofício, no entanto, não procede a irresignação recursal desacompanhada de razões – Tanto mais, quando a decisão se mostra acorde com a tranqüila jurisprudência sobre se bastar a denúncia, em justa causa, pela fiel descrição de crime em tese (Desprovimento) (T5) (STJ)</p>	<p>RHC 97-RS</p>	<p>28/06/89</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Eleição Sindical – Administrativo – Quórum – No caso, considera-se inalcançada a maioria absoluta em primeira convocação se, do total dos vinte e três votantes que compõem o colégio eleitoral, a chapa majoritária obteve apenas onze votos contra dez, em déficit, também, os votos nulos (dois) para com os números mínimos admitidos, igual ou inferior à diferença entre as chapas mais votadas – Onde a legalidade, da decretação da vacância administrativa, há muito findos os mandatos anteriores, com a intervenção ao fito da realização de novas eleições a prazo certo (Indeferimento) (TP) (TFR)</p>	<p>MS 122.666-DF</p>	<p>28/04/88</p>
<p>Desapropriação – Rodovias – Regulamento administrativo – <i>Area non aedificandi</i> – As faixas laterais das rodovias federais “reservadas” a modo de simples “limitação administrativa”, consentânea com o poder de polícia autorizado no art. 572 do Código Civil, não são indenizáveis (Rejeição – Embargos) (S2) (TFR)</p>	<p>EIAC 57.391-SP</p>	<p>24/03/61</p>
<p>Execução Penal – Progressão prisional – Exame criminológico – Fundamentação suficiente ao indeferimento da progressão do regime de cumprimento da pena, tanto mais que imprópria a via do <i>habeas corpus</i> para maior exame da controvérsia factual em causa (Desprovimento) (T5) (STJ)</p>	<p>RHC 105-SP</p>	<p>02/08/89</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Flagrante Presumido – Fiança – <i>Habeas Corpus</i> – Irreparabilidade da denegação, na origem, dada a exaustiva demonstração da legitimidade do chamado flagrante presumido, efetivado nas condições previstas pelo art. 302, IV, do CPP, bem assim, em relação à pretendida prestação de fiança por quem se encontra nas condições negativas fixadas pelo art. 324, IV, do mesmo diploma (Desprovemento) (T5) (STJ)</p>	<p>RHC 1.200-GO</p>	<p>17/06/91</p>
<p>Funcionário Público – Crimes funcionais – Notificação prévia – Sua prescindibilidade, quer em face de fundar-se a denúncia em inquérito policial regular, quer pela inafiançabilidade dos delitos, considerado o concurso material – Denúncia – Sua aptidão, segundo a compreensiva descrição das práticas cometidas em concurso de agentes (Desprovemento) (T5) (STJ)</p>	<p>RHC 1.823-SP</p>	<p>16/06/92</p>
<p>Guarda de Maconha – Pequena quantidade – Uso próprio – Versão imposta à valoração em contrário a meras ilações da destinação da substância ao tráfico – Desclassificação do delito para o tipo do art. 16 da Lei 6.368/76, com a concessão da suspensão da pena de detenção, ressalvada a detração, se for o caso de ter permanecido preso o réu desde o flagrante lavrado há mais de dois anos (Provemento) (T5) (STJ)</p>	<p>RESP 62.295-MG</p>	<p>06/09/95</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Importação – Mercadorias abandonadas por falta de despacho nos prazos legais – Pena de perdimento – É que entrepostada a mercadoria, fora do prazo anual concedido, a importadora pediu prorrogação desse prazo – Estava, pois, no poder da autoridade não conhecer o tardio pedido de prorrogação, e instaurar o processo de destinação da mercadoria indespachada para consumo, tudo na conformidade do regulamento legal do regime do entreposto na importação – Assim, contra o ato ministerial impugnado não tem a impetrante direito líquido e certo a ser protegido pela via do <i>mandamus</i> – Pelo exposto, indefiro o pedido e, por via de consequência, cassa a liminar (Denegação) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">MS 81.313-DF</p>	<p align="center">02/06/77</p>
<p>Imposto sobre Produtos Industrializados – Anulatória fiscal – Decadência – Não há falar-se em prazo decadencial no curso das impugnações administrativas ao auto de infração, senão que, nesse caso, há falar-se em prazo prescricional, cujo início se marcará pela decisão final daquelas impugnações – Decidida a causa com expresse acolhimento da decadência, a se reformar a sentença, cumpre devolver ao conhecimento de primeiro grau a relação de direito material embasadora do pedido (Provimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 48.631-PR</p>	<p align="center">1º/09/80</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Imunidade de Jurisdição – Funcionário consular – Favorecimento pessoal – Indícios suficientes da existência do delito – Invocação da imunidade – Crime em tese – Desde que revelado pelos fatos conduta típica, não há falar em trancamento do procedimento penal – Cônsul Honorário – Ao contrário dos Agentes Diplomáticos, os Funcionários Consulares não gozam de maior imunidade de jurisdição criminal, salvo em relação aos atos estritamente funcionais (Desprovemento) (T5) (STJ)</p>	<p>RHC 372-BA</p>	<p>29/11/89</p>
<p>Indulto – Detração da pena – Cumprindo pena de dois anos de reclusão, requereu indulto forrado em pronunciamento favorável do Conselho Penitenciário – Carência do requisito de cumprimento mínimo de um terço da pena – Não seriam de computar-se os seis meses de prisão anteriormente cumprida, e relacionados com processo a que respondeu perante outra Vara, por crime anteriormente cometido, e do qual veio a ser absolvido – A detração da pena não alcança a condenação por crime posteriormente à prisão sofrida sem justa causa (Desprovemento) (T3) (TFR)</p>	<p>ACR 3.488-PR</p>	<p>20/06/77</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Mandado de Segurança – Ato disciplinar – Direito de greve – Matéria constitucional – Infração administrativa – Destituição de mandatos sindicais – Direito de greve – Legitimidade constitucional da restrição imposta ao direito de greve por via de Decreto-lei, relativamente a atividades essenciais (bancos) e no interesse da segurança nacional – Destituição de mandatos sindicais – Penalidade corretamente imposta pelo Ministro do Trabalho, a fundo e forma legalmente cumpridos, sem causa para relevar-se a falta, até mesmo que a título da excludente supralegal de "inexigibilidade de outra conduta" (Conhecimento) (TP) (TFR)</p>	<p>MS 90.245-DF</p>	<p>11/12/80</p>
<p>Magistrado – Promoção por merecimento – Lista tríplice – Correto o critério de inclusão de outros juizes para integração da primeira quinta parte da lista de antigüidade, em substituição aos que tenham recusado a vaga (CF, art. 93, II, b); incorreta, porém, resulta a indicação por escolha de apenas um concorrente dentre aqueles supletivamente incluídos; isso, em condenável detrimento do remanescente da primitiva quinta parte, único plenamente habilitado a concorrer à lista tríplice injustificadamente olvidada (Provimento) (T5) (STJ)</p>	<p>RMS 4.158-RS</p>	<p>08/10/96</p>
<p>Magistrado – Tempo de serviço – Lista de antigüidade – Nela não se pode alterar a classificação obtida pelo juiz ao tempo da lei estadual que qualificava como de efetivo exercício na nova entrância o chamado período de trânsito (Concessão) (T5) (STJ)</p>	<p>RMS 4.297-MT</p>	<p>27/08/96</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Membro do Ministério Público – Antigüidade – Promoção – Ainda que mais antigo, não tem direito líquido e certo à promoção o Promotor recusado na forma do art. 93, II, d, c/c. o art. 129, § 4º, ambos da Constituição Federal; tanto mais que o foi por ato plenamente fundamentado, defeso ao amparo mandamental refutar os desabonadores fatos funcionais irrogados (Desprovimento) (T5) (STJ)</p>	<p>RMS 6.712-SC</p>	<p>08/10/96</p>
<p>Militar – Promoção – Habilitação – O veto provisório ao acesso na carreira não tem como se transformar em inabilitação definitiva quando favorável ao militar tenha sido julgada a justificação pelo respectivo Conselho – Interpretação sistemática dos arts. 2º, II, e 13 da Lei 5.836/72, do art. 35, § 2º, da Lei 5.821/72, e do art. 98, VII, da Lei 6.880/80 (Concessão) (S3) (STJ)</p>	<p>MS 3.303-DF</p>	<p>13/11/96</p>
<p>Mútuos Hipotecário – Sistema Financeiro da Habitação – Hipoteca – O equívoco cancelamento da sua inscrição, levado a cabo sem a anuência do credor, não desconstitui a garantia hipotecária, máxime em relação aos contraentes – Código Civil, art. 848 – Arrematação – A sistemática legal das execuções judiciais reprovava o preço vil, causa de nulidade da arrematação e vício passível de reconhecimento por sentença – Daí, que o entendimento deve aplicar-se, com maior razão, aos casos da execução extrajudicial prevista para os mútuos do SFH (Provimento) (T6) (TFR)</p>	<p>AC 70.173-MG</p>	<p>06/05/81</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Nacionalidade – Opção provisória – Para esse fim, a transcrição do registro estrangeiro do filho de brasileiros, nascido no exterior, não se obsta pelo vício da paternidade ali declarada em desacordo com o art. 357 do Código Civil, C.C. art. 59 da Lei 6.015/73 – Deve a transcrição conformar-se à lei brasileira, nela se omitindo o nome do pai do optante (Conhecimento) (T4) (TFR)</p>	<p>REO 57.029-SP</p>	<p>15/12/78</p>
<p>Negócio imobiliário – Registro público – Fraude – Levada ao registro de imóvel, segundo o cumprido rito de seus assentamentos, a escritura pública de compra e venda perfeita e acabada não há dizer-se anulável, por fraude, relativamente ao mútuo hipotecário a que serviu de base perante terceiro de boa-fé, o mutuante – Resolução em perdas e danos do negócio simulado entre os contratantes de compra e venda, a postular-se na via própria (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	<p>AC 117.819-MG</p>	<p>26/05/87</p>
<p>Peculato – Concurso material – Denúncia – Recebimento – Ação Penal perante o Tribunal de Justiça – Perfectibilidade – Fiéis aos requisitos do art. 41 do CPP, incensuráveis se mostram os termos da denúncia – Notificação prévia – Prescinde-se da formalidade nos crimes inafiançáveis, entendido como tais os cometidos em cúmulo material que comine pena mínima superior a dois anos de reclusão (Indeferimento) (T5) (STJ)</p>	<p>HC 798-RJ</p>	<p>02/09/91</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Previdência Social – Aposentadoria – Invalidez – Moléstia incapacitante – No caso, aconselha-se preferível o laudo conclusivo da invalidez para o trabalho, à consideração ao longo rol dos males diagnosticados, dentre esses a desnutrição, a qual, apesar de agravada em consequência do desemprego do obreiro, não há dizer-se constitua problema social alheio ao âmbito previdenciário (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 108.617-SP</p>	<p align="center">28/02/86</p>
<p>Previdência Social Rural – Pensão – Viúva de trabalhador rural da agroindústria – Para os efeitos previdenciários rurais, não importa a qualificação agroindustrial do empregador, se o serviço prestado o foi exclusivamente de natureza rural – Prestações do benefício – Na ausência de postulação administrativa, o termo inicial do benefício é a data da citação (Provimento parcial) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 102.671-MG</p>	<p align="center">30/08/85</p>
<p>Prisão Administrativa – Aos diretores de empresa pública falece competência para decretar prisão administrativa de servidores ou terceiros responsáveis por desvios de bens sob sua guarda – Por outro lado, a custódia administrativa não condiz com a sua decretação vários anos depois de apenado o culpado mediante julgamento do respectivo inquérito administrativo (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">RHC 4.187-PR</p>	<p align="center">31/08/77</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Processo – Liquidação de sentença – Militar reincluído na ativa – Promoções e vantagens – Limites de execução – Assegurado, na fase de conhecimento, o retorno do militar à ativa, com o ressarcimento de eventuais preterições como se dela não tivesse sido afastado, não há negar-se o direito às promoções reparadoras, independente de requisitos também obstados pela ilegal inativação do autor (Provimento parcial) (T3) (TFR)</p>	<p>AC 102.061-BA</p>	<p>10/12/85</p>
<p>Pronúncia – Homicídio qualificado – Recurso Especial – Dissimulação – Não há conhecer de Recurso Especial cujo fundamento pressupõe incontroverso determinado fato realmente duvidoso, no caso, a maneira afrontosa e não a disfarçadamente amistosa como o réu abordou a vítima (Desconhecimento) (T5) (STJ)</p>	<p>RESP 460-MG</p>	<p>06/12/89</p>
<p>Propriedade Industrial – Nome comercial e marca de indústria – Cabe à Justiça Federal a ação de nulidade de registro de nomes e marca, conforme a regência da matéria por convenção internacional – Prova pericial – Sua imprescindibilidade, em questão de fato ligada à irrogação da prática de contrafação, o que desaconselha o julgamento antecipado da lide, mormente se requerida a prova e não houve indeferimento expresso (Provimento) (T4) (TFR)</p>	<p>AC 58.781-RJ</p>	<p>21/05/80</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Reclamação Trabalhista – Dispensa – Servidor optante pelo FGTS – Estabilidade – Respeitável que seja a controvertida orientação de admitir-se subsistir a estabilidade conquistada antes da opção pelo FGTS, incontroversa, porém, o é a de que não há falar-se em estabilidade construída sob a égide do novo regime (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	<p>RO 6.865-RS</p>	<p>10/09/85</p>
<p>Recurso Especial – Inadmissão – Agravo regimental – Não se conhece do agravo desacompanhado de razões infirmatórias dos fundamentos da decisão agravada, reportado que esteve às razões do primitivo agravo de instrumento (Desconhecimento) (T5) (STJ)</p>	<p>AGRAG 85.146-SP</p>	<p>06/11/95</p>
<p>Regime Prisional – Progressão – Falta de estabelecimento adequado – Concedido o benefício do regime semi-aberto, constitui constrangimento ilegal desatender o direito sob pretexto da falta de vaga em estabelecimento adequado – No caso, deve-se cumprir a decisão, ainda que seja pela excepcional admissão do paciente ao recolhimento domiciliar, enquanto durar o óbice das alegadas carências carcerárias (Deferimento) (CE) (STJ)</p>	<p>RHC 73-SP</p>	<p>30/06/89</p>
<p>Reincidência – Prescrição retroativa – Prazo – Para efeito da aplicação do art. 110, <i>caput, in fine</i>, do Código Penal, não há distinguir entre a prescrição da pretensão executória e a que alcança a pretensão punitiva – Divergência pretoriana demonstrada, para efeito do conhecimento do recurso especial, e prevalente a orientação paradigma, para efeito do provimento (Provimento) (T5) (STJ)</p>	<p>RESP 46-PR</p>	<p>21/06/89</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Repetição de Indébito – Aplicação da correção monetária – Embargos de divergência – Matéria de prova – Fundadas as decisões locais na prova pericial que embasou a improcedência da repetição do indébito (Súmula 7-STJ), não prospera a colação jurisprudencial, firmada, ademais, em divergência superada (Desconhecimento) (CE) (STJ)</p>	<p>EDIRESP 36.012-SP</p>	<p>13/10/94</p>
<p>Responsabilidade Civil – Liquidação da sentença condenatória – Arbitramento – Juros – Em não integrando o arbitramento, senão que crescendo-o como parcela autônoma percentualmente obtida do valor arbitrado, os juros moratórios se computam através de mero cálculo do contador, pela sua forma simples, vez que os compostos somente incidem no caso de responsabilidade <i>ex delicto</i> (Provimento parcial) (T3) (TFR)</p>	<p>AC 101.739-PB</p>	<p>01/10/85</p>
<p>Revelia – Provas – Produção antecipada – Legitimidade da decisão, salvo no tocante à suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, em se tratando de crime cometido anteriormente à vigência da Lei 9.271/96 – Recurso de <i>Habeas Corpus</i> – Seu improvimento, no tocante à legalidade da discutida antecipação da prova, com a concessão, porém, da ordem <i>ex officio</i>, relativamente à suspensão do processo e da conseqüente suspensão do processo e da conseqüente suspensão do curso do prazo prescricional (Desprovimento) (T5) (STJ)</p>	<p>RHC 6.142-SP</p>	<p>18/02/97</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Servidor Civil – Aquisição de imóvel funcional – Preço de mercado – Mandado de segurança concedido – Falta de cumprimento – Reclamação – Sua procedência para garantir a autoridade de decisão deste Superior Tribunal, no que resta atender-se no âmbito do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, como da Caixa Econômica Federal (Conhecimento parcial) (S3) (STJ)</p>	<p>RCL 326-DF</p>	<p>26/02/97</p>
<p>Servidor Público – Salário mínimo profissional – Constitucionalidade – O salário mínimo profissional instituído pela Lei 4.950-A/65, não se aplica aos empregados da Administração Pública Federal, consoante o disposto no art. 13 do Decreto-Lei 1.820/80, contra o qual não procede a pecha de inconstitucionalidade (Desprovemento) (T3) (TFR)</p>	<p>RO 8.209-PB</p>	<p>04/03/86</p>
<p>Tóxicos – Tráfico Internacional e associação criminosa – Cúmulo material – Sua configuração legal, segundo a característica do prévio ajuste entre os agentes para a prática de crimes – Dependência toxicológica – Redução da pena, a termo do parágrafo único do art. 19 da Lei de Tóxicos (Desprovemento) (T3) (TFR)</p>	<p>ACR 8.044-MS</p>	<p>15/09/87</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Tráfico Internacional de Tóxico – Legitimidade recursal – Nos casos da Competência da Justiça Estadual e de atribuição <i>dominis litis</i> do respectivo Ministério Público, em função da delegação estabelecida pelo art. 27 da Lei 6.368/76, falece legitimidade recursal ao Ministério Público Federal para o recurso, ainda que invocada a pretexto de desídia do promotor da ação, tanto mais porque a tarefa de destituir ou substituir membros do parquet e, tal irrogação, é matéria da organização do Ministério Público local (Desconhecimento) (T3) (TFR)</p>	<p>ACR 6.258-MT</p>	<p>15/10/85</p>
<p>Turismo – Registro de empresa na EMBRATUR – Condições prévias – Condicionado legalmente a registro da EMBRATUR, o funcionamento das empresas de turismo não se basta na liberdade de comércio assegurada pela Constituição, senão que depende de requisitos prévios, submetidos a juízo daquele órgão, pelo que, não cabe ao Judiciário autorizar o funcionamento de tais empresas independentemente de registro (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p>AMS 99.250-RJ</p>	<p>08/04/86</p>
<p>Usucapião – Área limítrofe de terreno de Marinha – Exclusão da União Federal – Em face da necessidade do litisconsórcio passivo dos confinantes do trato usucapiendo, não há excluí-los da ação, a fundamento da ressalva de direitos protestada pelos autores, tanto mais se da exclusão resulta a declinação de competência do Juízo dos feitos da União (Desconhecimento) (T3) (TFR)</p>	<p>AC 107.909-SP</p>	<p>13/03/87</p>